

## Políticas Públicas entre o Rural e o Urbano:

*Propostas a partir do enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO 2022 – do Município de São João del-Rei-MG.*

Márcio Carneiro dos REIS<sup>1</sup>

Karina de Paula CARVALHO<sup>2</sup>

João Victor Weitzel JABUR<sup>3</sup>

Renata de Souza REIS<sup>4</sup>

Yasmim Morales Parraguez RIBEIRO<sup>5</sup>

**RESUMO:** Os autores do artigo fazem parte da equipe de um programa de extensão universitário que tem o objetivo de estimular o desenvolvimento regional através de ações e políticas públicas baseadas na abordagem da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) desenvolvida no Brasil. O artigo trata da experiência desse grupo diante do desafio de propor ações para compor o "Formulário de Propostas – Metas e Prioridades LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2022" para o município de São João del-Rei-MG. O objetivo é evidenciar o caráter intersetorial presente no enfoque da SAN e apontar para questões de pesquisa que envolvem as relações entre democracia, políticas públicas e gastos governamentais. Propõe-se então destacar o contraste entre as "áreas de resultado" do Formulário e as inter-relações entre diferentes aspectos do desenvolvimento presentes na abordagem de SAN. Metodologicamente, os autores se valem da pesquisa bibliográfica e documental, associada ao relato da experiência na construção de propostas de políticas públicas a partir do enfoque da SAN. Além da Introdução, a experiência brasileira em SAN é revisitada e será abordada a experiência, ainda em curso, do Programa de Extensão. Essa experiência suscitou a necessidade de apreender o rural e o urbano de forma integrada. No tópico III busca-se relacionar desenvolvimento territorial rural e a informalidade nos centros urbanos, permitindo a aproximação da proposição de políticas de SAN para o município. O último tópico analisará, em contraste com a "rigidez" do formulário, algumas das propostas enviadas à Câmara Municipal e à Prefeitura Municipal concebidas no âmbito do Programa de Extensão para interferir nas discussões sobre Metas e Prioridades para o município de São João del-Rei.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento rural e urbano. Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional. Intersetorialidade. Políticas municipais de desenvolvimento. Programas de Extensão Universitária.

**ABSTRACT:** The authors of this article are part of University Extension Program team. This program aims to stimulate regional development through policies and actions based

---

<sup>1</sup> Professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território da Universidade Federal de São João del-Rei (PGDPLAT/UFSJ)

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Planejamento e Território, com vínculo institucional ligado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território (PGDPLAT) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

<sup>3</sup> Graduando de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João del-Rei

<sup>4</sup> Graduanda de Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei

<sup>5</sup> Graduanda de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João del-Rei

on Food and Nutrition Security (FNS) perspective developed in Brazil. The article reports the challenge experience on elaborate proposals to produce the “Goals and Priorities - Budget Guidelines Law – 2022 Form Proposals” for the municipality of São João Del Rey, estate of Minas Gerais, Brazil. The aim of the article is showing the intersectoral aspect, presents on FNS focus, and approach to the research topics related with topics like democracy, public policies and government costs. The contrasts between the "results sectors" of the Form and the different aspects of development theme interrelation existents on FNS perspective are highlighted as a proposal to analyzes. Bibliographic and documentary research, associated with the report of the experience on construction of public policy proposals based on the FNS approach are some of the methodological aspects. The Brazilian experience with FNS is presented and the ongoing experience activity on extension program is also analyzed. Also, this experience put on evidence the necessity to incorporate about rural and urban concepts. Considering that, the following topic (III) aims to discuss the rural territorial development related with the informality present on urban centers, which allows FNS propositions to the municipality. The last topic analyzes some of the proposals sent to the City Council and City Hall, developed under the activities of the University Extension Program, which will interfere on the debate about Goals and Priorities for the municipality of São João Del Rey.

**Key words:** Rural and urban development. Food and Nutritional Security Strategies. Intersectorality. Municipal development policies. University Extension Programs.

## I. Introdução

Um retrato da diversidade e da complexidade dos problemas do desenvolvimento pode ser observado a partir dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015). Se por um lado evidenciar essa diversidade e complexidade representa um avanço em termos de se alcançar consenso internacional em torno dos objetivos propostos, por outro lado, nos planos nacionais e subnacionais, a intervenção sobre dinâmicas territoriais sob a hegemonia de projetos políticos empenhados em garantir a regulação da ordem estabelecida, representa um grande desafio.<sup>6</sup> E isto é mesmo verdade para o “espaço mundial” (SANTOS, 2000), onde tal desafio, a partir do último quartel do século XX, também tem estado às voltas com a ascensão de projetos políticos que propõem não a regulação, mas a regressão em relação à referida ordem (STEINFELS, 2013; COUSIN, KHAN e MEARS, 2018).

Toma-se como ponto de partida a compreensão de “dinâmicas territoriais”, presente em Reis (2019), como sendo o resultado do entrelaçamento entre o diferencial de poder acumulado no âmbito dos projetos políticos em disputa e a implementação de ações

---

<sup>6</sup> A referência à dicotomia “regulação da ordem” – “transformação da ordem” é devida ao trabalho de Boaventura de Sousa Santos (2000). A noção de “projetos políticos em disputa” se deve ao trabalho de Adam Przeworski (1991).

políticas nos territórios, inclusive por meio de políticas públicas. A partir desse entendimento, e dado o que está acima, pressupõe-se que, mesmo em níveis subnacionais, a disputa por parte de projetos políticos se reflete também no conjunto de proposições que irão orientar gastos públicos municipais. Esses, por seu turno, são definidos através de legislação que regula a consolidação das peças orçamentárias, consolidação essa que é, portanto, também objeto de disputa.

De acordo com Oliveira e Ferreira (2017), a origem do orçamento público está na necessária autorização e controle da aplicação dos recursos públicos, relacionados, por sua vez, ao estado de desenvolvimento da democracia. Ainda de acordo com os autores, tal matéria está regulada pelos artigos de 163 a 169 da CF/88. A despeito disso, na prática, o Executivo (em qualquer nível), tem se valido “rotineiramente” de “mecanismos de flexibilização”, desvirtuando os objetivos originais das peças orçamentárias, transformando-as em “mera peça retórica”. Essa constatação leva Oliveira e Ferreira (2017: 199, 200) a concluir que a “decisão de gastar é eminentemente política”, embora seja “também jurídica, na medida em que deve necessário respeito aos ditames constitucionais.” Mas o “processo de elaboração das leis orçamentárias” se vê esvaziado do “seu sentido quando a discricionariedade é utilizada como manobra para justificar a inexecução daquilo que foi exaustivamente discutido e planejado”. Adicionam a isto também um certo “ativismo judicial em matéria orçamentária”, quando observam uma “crescente interferência da instância judiciária na distribuição de recursos orçamentários.” Enfim, os autores afirmam que estamos “diante de uma verdadeira tensão entre os três poderes, sendo atualmente reconhecida a legitimidade constitucional do controle e da intervenção do Poder Judiciário em tema de implementação de políticas públicas.”

Mas, percebam os leitores, até aqui o argumento caminhou de uma tensão política que ocorre no âmbito da disputa por parte de projetos políticos, pontuando a hegemonia daqueles que visam regular / regredir em relação à ordem estabelecida, na direção de um outro tipo de tensão. Essa última tensão, apontada por Oliveira e Ferreira (2017), no entanto, parece creditar à democracia representativa a capacidade de equacionar os conflitos inerentes ao primeiro tipo de tensão. Burlandy (et al 2019), ao analisarem, com o objetivo de levantar questões de pesquisa, “O conceito de ‘interesses’ na análise de políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil” observam que deve-se questionar “a efetividade das análises que se limitam aos aspectos operacionais ou administrativos das políticas públicas, [quando] distantes de seu conteúdo político-normativo.” Isto é, a

superação dessas análises “(...) implica conhecer as arenas onde se dão os enfrentamentos de ideias, bem como as distintas concepções que estão em disputa.” Não se pode dizer, contudo, que os autores acima referenciados encontram-se distantes do “conteúdo político-normativo” da análise das peças orçamentárias. Apenas pode-se afirmar que os mesmos sugerem o seu equacionamento com foco na tensão existente entre os três poderes e ainda que tal tensão, pelo menos em parte, decorre do insuficiente desenvolvimento da democracia no Brasil.

Sabendo por um lado que tal insuficiência apenas pode ser verificada historicamente e, por outro, que a forma em que as peças orçamentárias são constituídas expressam inclusive a hegemonia dos projetos políticos acima mencionados, pergunta-se: em que medida o “esvaziamento de sentido” das discussões políticas que se encontram por detrás de tais peças não se expressa também na forma que o próprio orçamento assume? Será que é possível apreender essa insuficiência na construção democrática nacional, a partir do contraste entre discussões aprofundadas sobre o desenvolvimento em âmbito municipal e regional e a forma como é colocada a discussão para a sociedade civil sobre a composição da peça orçamentária e requisitada sua participação?

Posto isto, os autores do artigo fazem parte da equipe de um programa de extensão universitário que tem o objetivo de estimular o desenvolvimento regional através de ações e políticas públicas baseadas na abordagem da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) desenvolvida no Brasil. O artigo trata da experiência desse grupo diante do desafio de propor ações para compor o "Formulário de Propostas – Metas e Prioridades LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2022" para o município de São João del-Rei, em Minas Gerais, Brasil. O objetivo é, primeiro, evidenciar o caráter intersetorial e a densidade institucional presente no enfoque da SAN (BURLANDY et al 2012) para enfrentar os problemas do desenvolvimento em âmbito municipal e regional; e, segundo, apontar para questões de pesquisa que envolvem as relações entre democracia, políticas públicas e gastos governamentais. Para alcançar esses objetivos, propõe-se, em meio à complexidade referida, destacar o contraste entre as "áreas de resultado" do Formulário e as inter-relações entre diferentes aspectos do desenvolvimento presentes na abordagem de SAN. Metodologicamente, os autores se valem da pesquisa bibliográfica e documental, associada à análise de dados secundários e ao relato da experiência na construção de propostas de políticas públicas a partir do enfoque da SAN.

No próximo tópico, a experiência brasileira em SAN é revisitada como também seus desdobramentos em termos de políticas públicas. Em seguida, será trazida a experiência, ainda em curso, do Programa de Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ, intitulado “Diálogos de saberes e práticas para a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional como estratégia de desenvolvimento no Território das Vertentes em Minas Gerais”. A reflexão coletiva proposta no âmbito desse Programa de Extensão colocou, dentre vários temas de interesse, a problemática do desenvolvimento rural e da informalidade nos centros urbanos, com foco em cidades de médio porte. Uma breve referência a essa discussão está no tópico seguinte, destacando a população que vive em condições de informalidade e a população rural, em particular a agricultura familiar e as questões vinculadas à produção agroalimentar, as condições de acesso aos alimentos e seus reflexos em termos de proposição de políticas públicas. O último tópico analisará algumas das propostas enviadas à Câmara Municipal e à Prefeitura Municipal concebidas no âmbito do Programa de Extensão para interferir nas discussões sobre Metas e Prioridades para a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária – 2022 – do município de São João del-Rei. Ao final, o tema da intersectorialidade será retomado e proposto que estratégias de SAN devem ser consideradas para o enfrentamento dos problemas do desenvolvimento territorial em âmbito municipal e regional, por conta de seu caráter multidimensional e também multiescalar, que traz mais efetividade a políticas públicas, sugerindo que problemas complexos do desenvolvimento podem ser tratados com custos reduzidos. E, em face dessa experiência, evidenciam-se questões que se encontram na fronteira entre a reflexão coletiva e a proposição de ações políticas nos territórios; e, mais ainda, o distanciamento entre o potencial contido nas análises e proposições de políticas contidas no enfoque da SAN e a estrutura orçamentária organizada em termos de “áreas de resultados”.

## **II. A experiência brasileira em SAN e o Programa de Extensão Diálogos de Saberes**

A complexidade e profundidade dos problemas do desenvolvimento parecem ter se ampliado no contexto da crise provocada pela pandemia de COVID-19. Essa crise alcança o Brasil no momento talvez mais delicado de sua história. Isto ocorre por dois motivos, basicamente: o aprofundamento das desigualdades históricas que marcam nossa sociedade e pela desconstrução da capacidade do Estado, tanto no âmbito federal, como estadual e

municipal, de intervir sobre os processos em curso. Essa segunda circunstância, parafraseando Karl Polanyi (2000), acaba por comprometer seriamente os meios através dos quais as populações dos municípios têm para se defender dos males que as assola. O rebatimento de nossas desigualdades históricas na atualidade pode ser, por exemplo, verificado através de relatórios recentes produzidos pela OXFAM (2017, 2018, 2019), com duas grandes causas sempre em evidência: a regressividade que caracteriza nosso sistema tributário e o caráter altamente concentrado de nossa estrutura fundiária (OXFAM, 2016). Uma terceira causa apontada pela literatura que trata da história política do Brasil (COSTA, 1988) é a ocupação e a recorrente utilização do aparato do Estado, por parte de grupos sociais privilegiados e empoderados, para o atendimento de seus interesses e a interdição dos demais grupos sociais considerados oponentes. O privilégio e o empoderamento se auto reforçam, por um lado e, por outro, estão assentados na propriedade fundiária, no controle sobre os fluxos de riqueza e meios de sobrevivência e na capacidade de construir um universo simbólico estéril politicamente, não promotor de cidadania. No Brasil, essa condição se manifesta em todos os níveis territoriais e em todas as instâncias estatais – Judiciário, do Legislativo e do Executivo – e tem implicado em um déficit extraordinário em termos de democracia; uma desigualdade impressionante em termos de renda e riqueza e na degradação ambiental, com o comprometimento da vida de muitas pessoas e da cultura acumulada por longas gerações de populações tradicionais (SOUZA, 2019).

Sobre essa tendência secular de aprofundamento de desigualdades, superpôs-se, desde 2016, processo de desconstrução da capacidade institucional do Estado no Brasil de intervir sobre a realidade. Essa capacidade havia sido ampliada a partir da Constituição Federal de 1988, quando a Lei autorizou e criou mecanismos para a ação através do Estado, não só para mitigar as tendências seculares de aprofundamento das desigualdades, mas também para revertê-las. A título de exemplo, tem-se a conhecida Emenda Constitucional 95 que, no final de 2016, alterou a Constituição Federal de 1988 para instituir um novo regime fiscal. Esse novo regime limitou o crescimento das despesas do Estado brasileiro à inflação durante 20 anos, impactando negativamente o desenho institucional do Estado e promovendo a redução de gastos em saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura, ciência e tecnologia; enfim, gastos fundamentais para a promoção do desenvolvimento em todas as suas dimensões.

Nesse contexto, para entendermos a evolução dos trabalhos e ações públicas SAN no Brasil, temos de voltar a década de 1940, com a contribuição de Josué de Castro. Leão e

Maluf (2012: 14) falam do trabalho do autor como pioneiro, que tem como tema social e político o debate sobre o problema da fome e da pobreza no Brasil: "Desde então, o problema da alimentação tem sido entendido como um conjunto simultâneo de manifestações biológicas, econômicas e sociais ". Das contribuições de Castro ", nas décadas de 1940 a 1950, foram criados os primeiros serviços de alimentação coletiva, o salário mínimo foi introduzido no país e a " Campanha de Alimentação Escolar "- atualmente o Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE) - foi criada." Nesses termos, os elementos que se encontram no entorno da relação entre alimento, alimentação e saúde tornam-se um objetivo das políticas públicas além das limitações naturais da produção agroalimentar. Dito isto, o movimento social contra a fome e a promoção da SAN, juntamente com outros movimentos - "organizações rurais e urbanas, lideranças e movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais, setores público e privado, igrejas e aldeias e comunidades tradicionais" (LEÃO e MALUF, 2012: 15) - influenciaram significativamente a nova Constituição (1988). "A Constituição de 1988 garante novas formas de participação nas políticas públicas por meio de conselhos e políticas de controle social, permitindo parcerias entre o setor público e o setor privado sem fins lucrativos. Um novo espaço para diálogo social foi estabelecido "(Op. Cit, 2012: 6). E um dos desafios nesse contexto é interferir nas dinâmicas redirecionar as dinâmicas territoriais na direção do que a SAN propõe como objetivo do desenvolvimento. De acordo ainda com os autores, em torno dessas políticas ocorreu "a construção de uma nova governança para a oferta de políticas públicas capazes de iniciar um ciclo virtuoso para a eliminação progressiva da fome e da pobreza."

Sabemos hoje, contudo, que o "ciclo virtuoso" foi interrompido de forma violenta (PRONER et.al, 2017) e as condições político-institucionais para implementação de políticas dessa natureza vêm sendo desconstruídas (RECINE et al, 2020). Essa interrupção e subsequente desconstrução vem ocorrendo a despeito da qualidade dessas políticas, atestada por diferentes autores e instituições internacionais e, sobretudo a despeito de seus resultados, como ter possibilitado uma mobilidade social inédita, contribuído para o crescimento econômico, o desenvolvimento social e retirado o país do Mapa da Fome em 2014 (BOJANIC, 2016).

O ponto central, segundo Reis (2018), é que a experiência e a ação política derivada das "participações" acima referidas engendraram diálogos de saberes e processos convergentes que permitiram, ao longo do tempo, a acumulação de mobilização social e

experiência democrática, aprendizado técnico e político-institucional, e aprimoramento conceitual inéditos no país, e que ainda trazem junto o caráter contra-hegemônico. A maior expressão dessa convergência parece ser o conceito brasileiro de Segurança Alimentar Nutricional (SAN), definido na Lei 11.346 de 15/09/2006 (BRASIL, 2006). Acrescente-se a isso sua fundamentação no Direito Humano à Alimentação Adequada e no princípio da Soberania Alimentar, bem como seus desdobramentos em termos de políticas públicas que valorizam a intersectorialidade e, portanto, permitem, simultaneamente, enfrentar diferentes problemas do desenvolvimento, como os de saúde, sociais, econômicos, políticos e ambientais, com mais eficácia e eficiência do que as políticas tradicionais promotoras do desenvolvimento. Com efeito, foi em 2006, com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 15 de setembro de 2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada, com a seguinte definição: Art. 3º: A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Dessa experiência decorreu a proposição do Programa de Extensão “Diálogos de saberes e práticas para a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional como estratégia de desenvolvimento no Território das Vertentes em Minas Gerais”. Esse Programa de Extensão foi aprovado no Edital no 009/2019 da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei (PROEX/UFSJ). “Território Vertentes” é aquele definido no âmbito da CRSANS/CONSEA-MG (Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais). A Comissão abarca 49 municípios, distribuídos em 11 microrregiões do estado de Minas Gerais, congregando uma população próxima a 1 milhão de habitantes, segundo dados do IBGE para o ano de 2019. De acordo com Reis (et al 2020), a Equipe vinculada ao Programa, formada por mais de 100 pessoas, possui caráter interdisciplinar, interprofissional; e envolve diversas instituições, tanto públicas, quanto privadas e também organizações da sociedade civil.

Ainda de acordo com os autores, a ideia principal do Programa é colocar em curso no Território Vertentes do CONSEA-MG uma estratégia de desenvolvimento territorial



baseada no enfoque da SAN desenvolvido no Brasil. Seguindo essa experiência, o Programa propõe a criação de condições institucionais visando a interação social de forma dialógica, reflexiva e propositiva entre os participantes da Equipe da UFSJ e da Comunidade Externa para ações em SAN. Essas ações são: a abertura de mercados de produtos agroecológicos; a promoção da saúde das populações que habitam o território através do consumo alimentar de qualidade; a produção agroalimentar em bases sustentáveis; criação de oportunidades de trabalho e renda no campo e na cidade; a difusão e aprofundamento do conhecimento derivado da experiência de promoção da SAN no Brasil; verificação e acompanhamento do potencial social-transformador de redes de consumidores e produtores agroecológicos; e o estímulo à troca de saberes sobre Soberania e SAN entre a sociedade civil, instituições estatais e governamentais e a Academia.

No contexto da Pandemia de COVID-19, esses objetivos se ampliaram para o fortalecimento de redes de solidariedade, fortalecimento de mercados de proximidade, promoção da nutrição saudável e da saúde, combate à vulnerabilidade social, promoção do desenvolvimento rural e da transição agroecológica e o fortalecimento dos espaços de participação social e de decisão política. Visa-se assim contribuir para diminuir a incerteza dos que participam de mercados ou de redes de solidariedade, cujo funcionamento se tornou irregular com a atual crise provocada pela Pandemia COVID-19. As ações do Programa para diminuir a incerteza dos que participam de mercados e outras redes de solidariedade promovem articulações nos municípios em questão. Essas ações vêm no sentido de proteger a segurança alimentar das pessoas em respeito ao Direito Humano à Alimentação. Resultou daí um conjunto de propostas com o objetivo de interferir nos debates sobre as leis de diretrizes orçamentárias municipais (LDOs) para o ano de 2022 e os planos plurianuais de desenvolvimento dos municípios (PPAs Municipais) para o período 2022-2025, do Território Vertentes.

E, dado o caráter contra-hegemônico da experiência brasileira em SAN, acima, referido, no âmbito do próprio Programa entendeu-se que as proposições de políticas sob esse enfoque para o âmbito regional e local deveriam enfrentar cinco tendências em curso. São elas: 1) a piora da qualidade ambiental devido à predominância de formas específicas de se apropriar e utilizar os recursos naturais, condizentes com a evolução do desmatamento, de monoculturas e a utilização de agrotóxicos, e seus impactos sobre a perda da biodiversidade, a qualidade da água e a saúde das pessoas, as que trabalham no meio rural e os consumidores de alimentos; 2) os impactos sobre a saúde (obesidade,

diabetes, doenças cardiovasculares) decorrentes da evolução de hábitos alimentares não saudáveis, condizentes com o crescimento do consumo de alimentos semi-processados e ultra-processados; 3) a piora nas condições de acesso aos alimentos, resultado do aumento do desemprego, da inflação que atinge os alimentos, da concentração dos mercados e da piora das condições de acesso à terra por parte de famílias de agricultores familiares; 4) a tendência à interdição do diálogo político e dos espaços de participação social para a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, a exemplo do que vem ocorrendo com os conselhos municipais de SAN (COMSEAs) e de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRSs), dentre outros; 5) a tendência de enfraquecimento das redes de solidariedade que, no contexto da pandemia, tem sido contrarrestada pela eclosão de um sem número de iniciativas de particulares e da sociedade civil, mas com futuro incerto e duvidoso.

### **III. Entre o rural e o urbano: desenvolvimento territorial rural e a informalidade nos centros urbanos**

Este tópico tem o propósito de abordar, de maneira geral, a questão das políticas públicas no rural e urbano e como ainda essas políticas são importantes para dinamizar os fluxos de integralização entre estes espaços de ação, como forma de enfrentar as tendências acima verificadas. Delgado e Leite (2011) discutem que o “desenvolvimento territorial, fundamenta-se entre outros aspectos, na observação da persistência interligada da pobreza rural e da desigualdade social e regional”. Assim, aqui pondera-se que o desenvolvimento territorial passa pelos desdobramentos práticos das políticas públicas nos territórios onde atores sociais se relacionam. No que se refere ao território de ação, o espaço é onde ocorre a intervenção por parte desses atores sociais. Santos (1996, apud. CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p.28) “considera o espaço geográfico conjuntos indissociáveis de sistemas de objetos e sistemas de ações, definições que permite pensar uma multiplicidade de combinações entre ações e materialidade.” Se pensados dessa forma, os espaços - urbanos e rurais - passam a se distanciar de uma perspectiva utilitarista, como espaços de extração de matéria prima por exemplo, e se transformam em espaços de vida,<sup>7</sup> onde tradição e cultura se manifestam. E essa acepção passa a fazer parte da valorização territorial de determinado lugar. Essa mudança de visão culmina numa perspectiva territorial dos

---

<sup>7</sup> Estende-se aqui a referência feita por Wanderley (2009) ao “mundo rural” em “O mundo rural como espaço de vida (...)” que, idealmente, alcança o “metabolismo das cidades”, na metáfora utilizada por Friedman (2018) e “cidade faminta”, como na contribuição de Steel (2006).

processos sociais e políticos, onde o território passa a ser visto como uma unidade de desenvolvimento única de acordo com os recursos e atores nele existentes, mas que as políticas públicas tornam-se ações dos atores (hegemônicos) através da estrutura organizadora do Estado naquele nível territorial específico.

A correlação entre os fluxos de integralização do rural e urbano dependem especificamente dos atores sociais presentes no território, visto que o mesmo é “uma unidade ativa de desenvolvimento que dispõe de recursos específicos e não transferíveis de uma região para outra.” (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 39). De acordo com os autores referenciados, em termos de políticas públicas de abastecimento alimentar, é necessário tratar a relação entre rural e urbano e a própria urbanização e suas repercussões na estratégia de desenvolvimento rural, por uma abordagem de “sistema alimentares descentralizados”, em que as localidades sejam abastecidas por uma combinação de dinâmicas que se cruzam, inclusive a ação político-administrativa a partir do Estado.

Uma outra questão importante que circula na fronteira entre o rural e o urbano é aquela trazida por Bonnal e Maluf (2010), relativa ao conceito de “multifuncionalidade na agricultura”, com importantes impactos sobre a formulação de políticas públicas. Isto porque, além do que a agricultura produz, também existem bens imateriais, como está posto na Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, em que a extensão rural é entendida em toda sua amplitude na vida no campo, desde a gestão de produção, beneficiamento e comercialização das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, até as atividades agroextrativistas florestais e artesanais. Os autores explicitam que ao analisarem programas públicos voltados para agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural no Brasil, observa-se a incorporação de alguns elementos da multifuncionalidade na agricultura. A adoção de medidas participativas com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural busca a construção e democratização da cidadania e a democratização da gestão das políticas públicas. É importante dialogar com as pessoas do campo, fazer a integralização do rural e urbano. Sobre essa ótica, torna-se crucial para o desenvolvimento rural correlato à sustentabilidade, a adoção de três eixos, o econômico, o social e o ambiental. Nesse sentido é necessário que exista a adesão de princípios da agricultura de base ecológica para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis.

Em consonância com o que está acima, é preciso entender também a realidade na qual vivem as pessoas nos espaços urbanos, principalmente o espaço das periferias,

ocupado pelo trabalho assalariado, donos de pequenos comércios ou o trabalhador informal e o produtor artesanal, onde a incerteza e a insustentabilidade econômica imperam. Essa incerteza se traduz, do ponto de vista da SAN, no comprometimento das condições de acesso aos alimentos e, não raro, a uma disponibilidade alimentar não promotora de saúde, como na tendência 2, vista acima. Mas os links entre o urbano e o rural, pensados a partir do urbano, contudo, diferentemente da perspectiva do desenvolvimento territorial rural, remetem a problemáticas que, se por um lado evidenciam o poder econômico de grandes corporações, à financeirização do campo, à hegemonia de grandes redes de supermercados e à urbanização do rural e a políticas públicas que visam equacionar os problemas urgentes como habitação, saúde e segurança, por outro lado acabam deixando invisíveis a maior parte das populações urbanas, aquelas que circulam entre o legal e o ilegal, entre o formal e o informal, entre a produção artesanal e a especialização produtiva. Essa invisibilidade, por sua vez, dificulta o estabelecimento de nexos, como os proporcionados pela circulação no espaço das tradições culturais inscritas na alimentação e os fluxos dos alimentos propriamente ditos.

Essa realidade, incerta e insustentável para parte substantiva das populações pode ser caracterizada, por exemplo, através do trabalho de Grzybovski e Vieira (2012). Os autores abordam diretamente a questão das empresas de pequeno porte no Brasil, empresas essas que ocupam mais de 90% do setor privado de acordo com os autores. A pesquisa realizada pelos autores mostrou que apenas 3% das empresas estão na sua segunda geração, e 57% foram adquiridas por terceiros, sem ligação com a família. Entre os resultados observados na pesquisa, os autores explicam que boa parte das empresas sofreram diretamente com falta de planejamento, tanto na construção da empresa, quanto na gerência da mesma ao longo dos anos. Isso se deve ao fato de o modelo de gerência utilizado por essas empresas ser baseado na intuição, se mantendo inalterado ao longo do tempo. Lelis, Pinto, Fiúza e Doula (2011) abordam a questão da informalidade a partir do seu trabalho em Viçosa-MG. As autoras explicam como o processo de globalização e o neoliberalismo tiveram papel fundamental no processo responsável por uma maior dificuldade do mercado em absorver a maioria dos trabalhadores, assim como uma maior seleção desses trabalhadores, o que acarretou em um processo em que boa parte desses trabalhadores não conseguiam adentrar no mercado de trabalho formal, o que gerou um aumento grande da informalidade. Lelis, Pinto, Fiúza e Doula (2011) também explicam que apesar de boa parte dos indivíduos serem forçados a adentrar na informalidade devido à dificuldade de se

conseguir um espaço dentro do mercado formal, alguns buscam a informalidade como meio de alcançarem outros objetivos em vida, como flexibilidade e a autonomia no trabalho, ou ainda por uma questão de tradição familiar.

O propósito de fazer convergir de maneira articulada diferentes dimensões do desenvolvimento formou o conjunto integrado que dá ao conceito de SAN um sentido pleno na sua forma. O exemplo de ações em abastecimento alimentar pode contribuir para uma melhor percepção da intersectorialidade presente nas ações em SAN. Lembremos aqui, com Rocha (2009), da Política de Abastecimento Alimentar da SMAB-BH – Secretaria Municipal de Abastecimento do Município de Belo Horizonte (premiada internacionalmente). Instituída em 1993, ao mesmo tempo que incentiva a produção de alimentos básicos, através da abertura de espaços de mercado para pequenos agricultores, e implementa Programas de Defesa e Promoção do Consumo Alimentar, como restaurantes populares e Banco de Alimentos, empreende-se uma política de regulação do mercado de alimentos. No conjunto, gera-se trabalho e renda para agricultores familiares e proporciona-se alimentação saudável e oportunidades de acesso à renda para toda a população, com destaque para a população de baixa renda nos centros urbanos.

#### **IV. Políticas de SAN em face da rigidez das formas de participação para composição das peças orçamentárias**

A experiência no âmbito do Programa Diálogos de Saberes para contribuir com a composição do orçamento 2022 dos municípios do Território Vertentes da CRSANS teve início no segundo semestre de 2020. Foram então enviadas a todas as prefeituras e câmaras municipais cartas solicitando garantir recursos nas respectivas leis orçamentárias anuais (LOAs) para o ano de 2021, particularmente nas rubricas relacionadas aos temas que envolvem a SAN e que impactam positivamente processos municipais de desenvolvimento. Na oportunidade, foram elencadas 16 ações abrangendo o rural e o urbano, diferentes faixas etárias de população, todos os sexos, perpassando todos os setores produtivos: agricultura, indústria, comércio e serviços e ainda sugerindo o fortalecimento dos respectivos COMSEAs e CMDRSs municipais. Seguindo essa mesma linha, foram também enviadas cartas-compromisso para todos os diretórios de partidos políticos presentes no território e, para aqueles cujo endereço eletrônico nos foi disponibilizado, também para candidatas e candidatos aos cargos de vereador e prefeito. Essas cartas tinham o objetivo de convidá-

los para o diálogo e também para que assumissem compromissos juntamente conosco em torno de objetivos como a erradicação da fome e da pobreza, da diminuição das desigualdades e de mais democracia no equacionamento dos problemas públicos e coletivos; da promoção da agricultura sustentável, da produção e do consumo responsável e do acesso a políticas públicas de qualidade para a totalidade das populações; e da ampliação do pertencimento à cidade e ao território como forma de fortalecimento da identidade local e regional para o desenvolvimento e a expansão do espírito público.

E, para alcançar esses objetivos, a carta ainda propunha, para o diálogo, um conjunto de estratégias de políticas, programas e ações distribuídas em cinco eixos que deveriam, segundo nossa proposição, orientar a ação política no âmbito dos legislativos e dos executivos municipais. Os cinco eixos são os seguintes: fortalecimento de redes de solidariedade; promover a saúde, a nutrição saudável e combater a vulnerabilidade social; promover o desenvolvimento rural; fortalecer mercados de proximidade; e promover o fortalecimento da democracia. O envio das cartas-compromisso se desdobrou na realização de encontros com candidatas e candidatos dos municípios de São João del-Rei, Barbacena, Conselheiro Lafaiete e Carrancas, de diferentes partidos, embora todos representantes do que se costumou chamar de “campo progressista”. À época, já havia sido definida nossa programação para o ano de 2022, que inclui o propósito de interferir nos debates sobre as LOAs municipais para o ano de 2022 e também nos planos plurianuais de desenvolvimento dos municípios (PPAs Municipais 2022-2025). Um dos candidatos a vereador em São João del-Rei, com quem também nos reunimos, acabou por ser eleito. E, na condição de vereador, nos procurou solicitando o preenchimento do "Formulário de Propostas – Metas e Prioridades LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2022" para o município. As propostas deveriam ser entregues dois dias depois, para então serem encaminhadas através da Câmara, ao Executivo Municipal.

Chamou a atenção, nesse contexto e em primeiro lugar, a forma de se estabelecer diálogo com a sociedade civil municipal em torno de assunto tão importante. Não houve nenhuma chamada, nenhum convite, deixando a impressão de que, se não tivéssemos feito o movimento no sentido de enviar as cartas-compromisso e realizado os encontros com candidatos e candidatas, não haveríamos de saber do “Formulário” e, em seguida, a realização de Audiência Pública para “discutir” as propostas. Em segundo lugar, a estrutura do Formulário solicita a apresentação de “ação prioritária” para 10 “áreas de resultado”. São elas: saúde, educação, infraestrutura, desenvolvimento social, cultura e turismo,

esporte e lazer, meio ambiente e agricultura, obras e urbanismo, saneamento básico (água e esgoto). Nesse caso, chama a atenção a rigidez do próprio formulário. Solicita-se “Ação prioritária”, como visto, para as 10 “Áreas de resultado”.

Ambas as questões logo acima apontadas acabam por conferir conteúdo à percepção de Oliveira e Ferreira (2017) acerca do esvaziamento do seu sentido, mas corroborando com a proposição de que tal esvaziamento “se expressa também na forma que o próprio ‘formulário’ assume”. A despeito disso, no conjunto das dez “Áreas de Resultado” presentes no Formulário, foram elaboradas no âmbito do Programa de Extensão Diálogos de Saberes 104 propostas de ações, distribuídas em projetos, programas e políticas em todas as “áreas de resultado”. Mas algumas dessas propostas tiveram que ser colocadas em mais de uma área de resultado. É o caso da proposta relativa à “Implementação e viabilização do funcionamento do Banco de alimentos de São João del-Rei. Essa proposta foi alocada em três “áreas de resultado”: na Assistência Social, na Saúde e na Agricultura. O foco dos bancos de alimentos é garantir o acesso aos alimentos por parte da população vulnerável. E uma política de abastecimento alimentar capaz de conjugar diversas ações com a presença de banco de alimentos, pode passar a ter como foco também a geração de trabalho e renda no meio rural, e, ao mesmo tempo promover o consumo de frutas, verduras e legumes livres de agrotóxicos por parte da população carente, tornando a ação proposta uma ação também em “saúde” e em “agricultura”, promotora de desenvolvimento rural (RANGEL,2016).

No caso em pauta, o público alvo se estende às populações rurais e urbanas, ainda mais carentes e ainda fragilizadas com a crise provocada pela Pandemia de COVID-19. Essa ação, associada ainda à abertura de mercados institucionais, irá fortalecer agricultores familiares e levar alimentos saudáveis e diversificados para as populações acometidas pela fome, pela pobreza, pela desnutrição, promovendo justiça social. Essa ação está em linha com Promover a Assistência Social e apoiar institucionalmente o fortalecimento de redes de solidariedade, inclusive o apoio e a proteção à população vulnerável, em especial às mulheres em situação de violência e à população em situação de rua; apoiar a Economia Popular Solidária: instituindo recursos públicos específicos, viabilizando espaços públicos para desenvolvimento de atividades e fortalecendo o conselho municipal de Economia Popular Solidária. Associado ao que está acima, a elaboração e implementação de políticas públicas locais deve lançar o olhar para questões de saúde, como a atenção prioritária à saúde do trabalhador(a) rural voltadas à questões laborais, como o acompanhamento da

evolução das intoxicações por agrotóxicos utilizados na lavoura. Outra questão está em práticas preventivas, como estabelecer política de enfrentamento à fome a partir de hortas comunitárias agroecológicas junto às famílias mais vulneráveis com envolvimento de lideranças locais.

Outra ação proposta foi a promoção de circuitos curtos de comércio e mercados de proximidade de bens e serviços, rurais e urbanos, envolvendo setores produtivos locais e regionais, formais e informais. A alavancagem de circuitos curtos de comércio e mercados de proximidade caminha no sentido de valorizar a produção local por meio dos setores produtivos já existentes. Cria, assim, condições para que os agricultores familiares, artesãos, pequenos comerciantes e produtores de serviços locais possam se inserir em redes de comércio pelo acesso a mercados. As relações de proximidade permitem que os laços entre os atores envolvidos possam se fortalecer e facilitar o processo de compra e venda de produtos mais sustentáveis e saudáveis, aumentando assim a renda nas localidades. Isto também envolve o investimento em programas e projetos que integrem serviços de pesquisa, experimentação, difusão, assistência técnica e extensão rural, comprometidos com a sustentabilidade e adaptados à produção familiar de cada localidade. Associado está também a garantia de funcionamento de mercados institucionais, a exemplo da necessária retomada do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) municipal e a utilização de pelo menos 30% dos recursos provenientes do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) na compra de produtos oriundos da agricultura familiar; como forma de garantir demanda e diminuir a incerteza no processo de tomada de decisão de agricultores familiares.

Ação associada é a elaboração e implementação de estratégia de desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação para equacionar os gargalos tecnológicos colocados para o comércio de pequeno porte e pequenos produtores de bens e serviços, sejam eles rurais ou urbanos, informais ou não, artesanais ou não, no que respeita a problemas de produção, gestão, de logística, de crédito, de acesso à tecnologia e/ou aos mercados. Essa proposta envolve o incentivo ao fomento não só da agricultura familiar, mas também das atividades econômicas exercidas por toda uma massa de pessoas que vive na periferia das cidades, sobrevivendo na fronteira entre o formal e o informal, desenvolvendo atividades normalmente de base familiar. Enfrentar-se-ia assim problemas de produção, gestão, de logística, de crédito, de acesso à tecnologia e/ou aos mercados. Fomentar circuitos curtos de comércio e mercados de proximidade dessa forma promove o acesso aos alimentos, com



muitos possíveis desdobramentos em termos dos fluxos entre o rural e o urbano, capaz de ainda de minimizar a desigualdade de gênero, de promover a fixação da população jovem no campo, e se valer da noção de “multifuncionalidade da agricultura familiar” para incentivar a transição agroecológica, desenvolver a atividade turística, etc. Quando se coloca a questão dessa forma, contudo, o que fica evidente é na verdade que o “contraste entre discussões aprofundadas sobre o desenvolvimento em âmbito municipal e regional e a forma como é colocada a discussão para a sociedade civil da composição da peça orçamentária e requisitada sua participação” nos leva a pontuar uma das formas em que se manifesta a “insuficiência na construção democrática nacional”.

As questões relacionadas ao alimento e à alimentação trazem, assim, o potencial de criar oportunidades inéditas de exercício da cidadania e da democracia. A noção de SAN amplia as possibilidades e potencializa a ação pública em direção a vários tipos de questões, permitindo enfrentar com menores custos, mais objetividade e maior legitimidade diferentes desafios do desenvolvimento, sejam eles ambientais, regionais, sociais, culturais, tecnológicos, político-institucionais ou ainda econômicos. Esse enfrentamento pode se dar em diferentes escalas – local, regional, nacional, global; em diferentes dimensões – desde o indivíduo até comunidades, passando por famílias e grupos sociais específicos; em diferentes territorialidades – rural, urbano, centro, periferia; e em diferentes setores – educação, saúde, energia, agropecuária, indústria, abastecimento, consumo, serviços, etc. Assim, parece que o conceito de SAN fornece uma base a considerar em relação à construção de estratégias contra hegemônicas.

Diante da urgência que a ordem do dia exige, é preciso enfrentar não somente os danos diretos que a pandemia provoca, como o risco de morte elevado, mas, de maneira interligada, enfrentar os problemas sociais que aprofundam a crise sanitária e humana. Um dos desafios neste sentido é dinamizar os fluxos de integralização do rural e urbano. E, para tanto, dentre outras, é preciso reestruturar as políticas adotadas pelos municípios, promovendo uma discussão entre os atores sociais envolvidos, indo em direção às demandas populacionais, tendo em conta o caráter intersetorial próprio das políticas de SAN. Os programas e organizações que surgiram ao longo dessa experiência brasileira são ferramentas muito importantes para essa reestruturação. Dessa forma, acima procurou-se mostrar como o Programa Diálogo de Saberes se institui como uma dessas alternativas, trazendo propostas enviadas à Câmara Municipal e à Prefeitura Municipal para interferir

nas discussões sobre Metas e Prioridades para a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária – 2022 – do município de São João del-Rei.

## V. Referências

ANJOS, Luiz Antonio dos; BURLANDY, Luciene. (2010). Construção do conhecimento e formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 19-22, jan. 2010.

BOJANIC, A. (Ed.). (2016). **Superação da Fome e da Pobreza Rural: Iniciativas Brasileiras**. Brasília-DF. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato. Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil; in: Brasil Rural em Debate, Brasília, pag. 246-270, 2010.

BRASIL. Lei Federal Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm)>. Acesso em: Maio, 2021.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União em 18 de setembro de 2006.

BURITY, Valéria. FRANCESCHINI, Thaís. VALENTE, Flávio. RECINE, Elisabetta. LEÃO, Marília. Carvalho, Fátima. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.

BURLANDY, Luciene; BOCCA, Cláudia; MATTOS, Ruben Araújo de. Mediações entre conceitos, conhecimento e políticas de alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional. (2012). Rev. Nutr., Campinas, v. 25, n. 1, p. 9-20, Feb. 2012.

BURLANDY, L.; REIS, M. C.; Maluf, Renato S.; SCHMITT, C. J. O conceito de interesse na análise de políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil: algumas questões de pesquisa. In: IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2019, Goiânia-GO. Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2019.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (2009). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, E. V. (1988). **Da monarquia a República: momentos decisivos**. S.P.. UNESP.

COUSIN, Bruno; KHAN, Shamus; MEARS, Ashley. (2018). Theoretical and methodological pathways for research on elites. In Socio-Economic Review, 2018, Vol. 16, No. 2, 225–249.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G. **Brasil rural em debate: coletânea de artigos**. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2010, p. 28-78.

DELGADO, Nelson G.; LEITE, Sergio P. (2011). Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol 54, nº2, 2011. P 431 a 473.

FRIEDMAN, H. (2018). Metabolism of Global Cities: London, Manchester, Chicago. Sage Handbook of Nature, 1328-1358, Section on Urban Natures: Sustainable Communities.

GRZYBOVSKI, D.; VIEIRA, L. Ciclo de vida das empresas familiares brasileiras de pequeno porte: uma análise das características e dinâmica estrutural em uma rede de revenda de gás liquefeito de petróleo. Teoria e Prática em Administração, v. 2, n. 2, p. 78-96, 2012.

GUMIERO CLEPS, G. D. Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG) / Informal trade and urban space production in Uberlândia (MG). Sociedade & Natureza, v. 21, n. 3, 23 mar. 2010.

LEÃO, M. e MALUF, R. A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira – Brasília: ABRANDH, 2012. 72 p.

LELIS, J. L.; PINTO, N. M. de A.; FIÚZA, A. L. de C.; DOULA, S. M. (2011). O comércio informal de Viçosa (MG) e suas diferentes finalidades para as famílias envolvidas. Oikos: Família e Sociedade em Debate, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 67-87, 2011.

LELIS, J. PINTO, N. FIÚZA, ANA. DOULA, S. O COMÉRCIO INFORMAL DE VIÇOSA (MG) E SUAS DIFERENTES FINALIDADES PARA AS FAMÍLIAS ENVOLVIDAS. 2011

MALUF, R. S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2007.

ONU (2015). 17 Objetivos para Transformar Nosso Mundo. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>. Acesso em: 05 de março de 2019.

OLIVEIRA, C. L. e FERREIRA, F. G. B. C. (2017). Orçamento Público no Estado Constitucional Democrático e a Deficiência Crônica na Gestão das Finanças Públicas no Brasil. Seqüência (Florianópolis), n. 76, p. 183-212, ago. 2017.

OXFAM (2016). Terrenos da desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. Disponível em <https://oxfam.org.br/publicacao/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural/>. Acesso em 10/08/2018.

OXFAM (2017). Nós e as Desigualdades – percepções sobre desigualdades no Brasil. Disponível em <https://oxfam.org.br/publicacoes/>. Acesso em 08/04/2019.

OXFAM (2018). País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras. Disponível em <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>. Acesso em 27/11/2018.

OXFAM (2019). Bem público ou riqueza privada? Saúde, educação e outros serviços públicos universais reduzem o fosso entre ricos e pobres e entre mulheres e homens. Cobrar impostos mais justos dos ricos pode ajudar a pagar por esses serviços. Disponível em <https://oxfam.org.br/publicacoes/>. Acesso em 22/01/2019.

- POLANYI, K.(2000). A Grande Transformação: as origens de nossa época. RJ, Campus. 2000.
- PRONER, C. et al (Orgs). (2017). Comentários a uma sentença anunciada: o processo Lula. Canal 6 Editora: Bauru-SP.
- PRZEWORSKI, A. (1991). **Capitalismo e social democracia**. SP. Cia. das Letras, 1991.
- RANGEL, T. (2016). O programa banco de alimentos como Instrumento de concreção do direito Humano à alimentação adequada. *Lex Humana*, Petrópolis, v. 8, n. 2, p. 120-136.
- RECINE, E.; FAGUNDES, A.; SILVA, B. L.; GARCIA, G. S.; RIBEIRO, R. C. L.; GABRIEL, C. G. (2020). Reflections on the extinction of the National Council for Food and Nutrition Security and the confrontation of Covid-19 in Brazil. *Rev. Nutr.* 2020;33:e200176.
- Rede brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN). VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Coordenação Maluf, R.S. e SANTOS, M.C. 2021. Disponível em [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf). Acesso em 04 de março de 2021.
- REIS, M. C. (2018). Reflecting on counter-hegemonic strategies of Food and Nutritional Security: Notes on the Brazilian Case. In Bonanno, A. e Wolf, S. *Resistance to the neoliberal agri-food regime: a critical analysis*. New York: Routledge.
- REIS, M. C. (2019). Dinâmicas territoriais, contra-hegemonia e políticas de Segurança Alimentar e Nutricional: Comida, poder e transformação social. Trabalho apresentado em “Aula Aberta da Disciplina “Alimentos, Política e Desenvolvimento” junto ao CPDA/UFRRJ como requisito parcial para finalização de Pós-Doutorado em Ciências Sociais.
- REIS, M. C.; NEIVA, B. B.; RIBEIRO, L. F.; Paula, P. M. R. (2020). Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como estratégia de enfrentamento da Pandemia COVID-19: o caso de um projeto de extensão universitária. In: 58º Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2020, Evento realizado de forma virt.. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/sober2020/253888-SEGURANCA-ALIMENTAR-E-NUTRICIONAL-COMO-ESTRATEGIA-DE-ENFRENTAMENTO-DA-PANDEMIA-COVID-19--O-CASO-DE-UM-PROJETO-DE->>. Acesso em: 15/03/2021.
- ROCHA, C. (2009). Developments in National Policies for Food and Nutrition Security in Brazil. *Development Policy Review*. 27 (1): 51-66.
- SANTOS, Boaventura de S. (2000). **Crítica à Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. SP Cortez, 2000.
- SOUZA, J. (2019) **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. R. J.: Estação Brasil.
- STEEL, C. (2006). *Hungry City: How Food Shapes Our Lives*. London: Vintage Books.
- STEINFELS, P. (2013). **The neoconservatives: the origins of movement**. New York. Simon & Schuster Paperbacks.
- WANDERLEY, M. N. B. (2009). O mundo rural como um espaço de vida. P. A. Ed. UFRGS.